

## O PROFESSOR E O ACESSO AO LIVRO LITERÁRIO EM ESCOLA PÚBLICA

Mônica Valério Barreto

**Resumo:** O presente trabalho trata de assuntos pertinentes ao acesso de professores aos livros literários. Discute a relevância dos vários aspectos relacionados ao manejo precário das coleções de literatura adquiridas pela escola pública, dentre elas, aquelas obtidas por meio de políticas públicas de democratização da leitura. Seu principal objetivo é servir como uma fonte que uma vez acessada, sirva de objeto de discussão para novos estudos sobre o assunto. A metodologia é baseada em uma abordagem qualitativa e descritiva, onde a coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, observação sistemática e questionário semi-estruturado. Identifica as dificuldades dos professores, de acesso aos livros literários, e apresenta os resultados da análise realizada a partir do estudo de caso. Como resultado, constata existir vários obstáculos no processo de aquisição e acesso a obras literárias, por parte dos professores do ensino público. Conclui vislumbrando possíveis melhorias com notas e sugestões de reflexão sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Acesso. Livro literário. Professores. Escola pública. Políticas Públicas.

### 1 INTRODUÇÃO

Embora, ainda hoje, os dados de leitura no Brasil, não se apresentem muito favoráveis, algumas iniciativas governamentais visando à democratização da leitura, no país, aparecem com o intuito de minimizar este quadro. Belo (2016, p. 183-184), reforça esta opinião, declarando que uma evidência desta intenção governamental está no “investimento por parte do Governo Federal, desde 1937, em Políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que é o mais recente e o mais robusto de todos, no quesito literatura”.

Importante destacar que, segundo informações do portal do Ministério da Educação (MEC)<sup>1</sup>, o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e

---

<sup>1</sup>BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 19 de out. 2019.



distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Dentre os atores afetados pelas barreiras de acesso ao livro e a leitura, temos o professor, aqui, um dos elementos essenciais, objeto desta pesquisa. “Assim como ocorre com o aluno e com a população em geral, também o professor tem se caracterizado por uma prática de leitura entravada, motivadas, dentre outras, pelas dificuldades de acesso ao livro, falta de tempo para leitura e jornada de trabalho excessiva” (SUASSUNA, 1995, *apud* MAIA, 2007, p. 35).

Com base neste contexto, vale ressaltar que, a pesquisadora, devido à visão ampliada pela vasta experiência adquirida em mais de dez anos de atuação alternadas entre, a sala de aula e a biblioteca escolar e, mais recentemente pela observação crítica da prática no ambiente da educação infantil, teve a curiosidade aguçada pela constatação das dificuldades de acesso dos professores, aos livros literários os quais subsidiassem seus planejamentos e execução dos projetos docentes, nas instituições de atuação.

Assim, o objetivo geral deste estudo, surgiu da necessidade de investigar e analisar se os programas de acesso ao livro e a leitura, mais especificamente o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) atendem, de forma efetiva, aos professores de um Centro de Educação Infantil (CEI), do município de São José, SC.

Por meio da pesquisa, buscou-se conhecer mais sobre o acesso à leitura literária pelos professores da Educação Infantil do CEI estudado, a qual propôs como objetivos específicos: investigar os programas que visam sanar os problemas quanto ao acesso ao livro e a leitura, no Brasil; averiguar os procedimentos de acesso aos livros literários, no CEI; identificar onde os professores, do Centro de Educação Infantil (CEI), buscam materiais bibliográficos para realizar o planejamento e execução de seus projetos docentes e sugerir alternativas para melhorar a qualidade do acesso ao livro e a leitura no CEI.

Considerando o questionamento deste estudo, seu objetivo e as informações coletadas sobre o tema, verificou-se que a abordagem qualitativa e descritiva mostrava-se mais adequada para conduzir a investigação. De acordo com Bogdan e Biklen (1982, p. 47), “[...] a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Também, destacam que, nesse tipo de pesquisa, os “[...] dados coletados são predominantemente descritivos” (Ibidem, p. 48).



Mergulhada neste cenário, a pesquisa foi realizada em um Centro de Educação Infantil (CEI), no período de agosto a dezembro de 2018, no município de São José, SC, o qual atende um número aproximado de 200 crianças de 01 (um) a 06 (seis) anos de idade. Os sujeitos da pesquisa foram: as professoras regentes efetivas e os auxiliares de ensino, do CEI, totalizando uma amostra intencional de 15 (quinze) participantes, num universo de 28 (vinte e oito) se incluíssemos os auxiliares de sala, a professora de Educação física e a direção. Como instrumento para coleta de dados utilizou-se um questionário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas de múltipla escolha.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A importância da leitura, principalmente no processo educativo do ambiente escolar, é questão indiscutível. Haja vista, a consonância das ideias entre vários autores e resultados de pesquisas sobre o tema. Carvalho (2005, p. 21) corrobora com esta ideia quando afirma que, “[...] A importância da leitura no processo educativo é inquestionável. Essa certeza une pais, professores na convicção de que ler é bom e que, portanto, a criança deve aprender a gostar de ler.” Mas, também é inquestionável que para ler, e aqui, nos ateremos ao objeto livro, dentre outras prerrogativas, é necessário ter acesso a ele (o livro).

“É consenso que para ler é preciso ter o que ler; portanto, não basta somente oferecer livros para crianças e jovens nas escolas” (MAIA, 2007, p. 159) e, sem prejuízo algum podemos incluir aqui, também, os professores. Segundo Paiva (2009, p. 141), [...]

“Como as crianças das camadas populares são desprovidas de condições econômicas que lhes permitem ter acesso ao livro, principalmente, os de qualidade literária, a escola tem se configurado como um espaço fundamental para possibilitar esse acesso e proporcionar práticas para aquisição da leitura.”

Porém, vivemos ainda tempos de crise na educação brasileira e a respeito disto, Zilbemam (2009, p. 28) vem contribuir com o seguinte esclarecimento:

A crise da escola relaciona-se a problemas de ordem variada, que, no Brasil, começam no âmbito da administração da educação, disseminada entre órgãos relacionados aos níveis federais, estaduais e municipais, sem que esses busquem afinar-se, e estendem-se à política de remuneração e qualificação dos professores, à conservação física dos prédios, incluindo-se salas de aula, bibliotecas e equipamentos de ensino, alcançando o plano da

competência no exercício da missão para a qual foi edificada e justificou sua expansão na sociedade moderna.

Verifica-se que a simples distribuição dos materiais de leitura pelo governo, sem envolver de maneira mais efetiva, outros atores da educação como, por exemplo, os professores e os bibliotecários no processo dos programas de democratização da leitura, muito pouco irá se avançar, na questão da formação de bons leitores.

Quando não se investiga a visibilidade, o grau de conhecimento, a capilaridade dessas políticas no chão da escola, desconsiderando em que medida e de que maneira esses materiais são recebidos, e usados pelos profissionais da escola, esvazia-se uma ação que poderia repercutir enormemente no processo de formação de leitores (PAIVA, 2009, p. 150).

Para melhor entendimento, cabe aqui uma ressalva explicativa, quanto ao programa de incentivo e democratização do livro e da leitura, do governo brasileiro. Segundo informações extraídas do site do Ministério da Educação (MEC), em 18 de julho de 2017, o Decreto nº 9.099, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Com olhar atento às informações coletadas acima, sobre a atual apresentação do PNLD, observa-se que este, de fato, sofreu algumas melhorias, porém, ainda assim deixando a desejar, na questão de articulação, integração e envolvimento de um equipamento fundamental para o trabalho de desenvolvimento da leitura na educação, que é a Biblioteca Escolar. Inclusive ignorando, ao que tudo indica, a Lei 12244/10<sup>2</sup>, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, prevendo sua efetivação até 2020, respeitando a profissão do Bibliotecário.

### 3 RESULTADOS

Os relatos do questionário serviram para analisar o perfil de conhecimento e necessidade dos professores, quanto aos programas de distribuição e acesso aos livros, bem como para caracterizar como ocorre o fluxo de informações e ainda obter informações que podem ser norteadoras para melhorar o acesso aos materiais necessários a suas pesquisas de

---

<sup>2</sup>BRASIL.Presidência da República. Lei 12.244 de 24 de maio de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm) . Acesso em: 30 out. 2018.



formação, planejamentos e atividades docentes, principalmente as relacionadas ao livro e a leitura.

Para caracterizar o público alvo da pesquisa foi inserido, no cabeçalho do questionário, campos para coleta de informações que buscassem melhor identificar a tipologia de perfil destes como, por exemplo, o nível de formação, o período de atuação no CEI e a idade. Por meio do levantamento destes dados, pode-se averiguar que todos possuem nível superior e ao menos uma especialização, na área de atuação.

Caracterizado o perfil, o questionário seguiu com indagações que buscaram averiguar as percepções, do público alvo, sobre o acesso e uso de livros, no local de atuação. A primeira pergunta foi de múltipla escolha e questionou qual a principal fonte consultada, ao pensar um projeto e/ou planejamento de atividades. Dentre as opções: biblioteca, livros próprios, revistas próprias, sites na Internet, outros colegas e outras formas, foi praticamente unânime a opção, sites na Internet. Esta indagação foi complementada com a informação de que, os sites mais comumente usados para auxiliar na elaboração das atividades, são os sites oficiais de educação do MEC, dos periódicos *online* voltados à educação, os blogs e grupos pedagógicos no *facebook*, além do *site* de busca *Google*.

Com relação a pesquisas na *internet*, a professora do G4/5<sup>3</sup> matutino declarou:

*“Procuro referências na Internet de materiais que possam ser úteis, mas a pesquisa se torna exaustiva em função do excesso de materiais não confiáveis”.*

No tocante, ao material impresso, principalmente o bibliográfico, quando questionados onde buscavam, a maioria dos professores mencionou os acervos pessoais e de amigos. Isto fica evidenciado quando sinalizam por meio da questão subsequente, que no CEI de atuação, há material bibliográfico de qualidade, porém, em pouquíssima quantidade, além de mal armazenados e organizados, o que dificulta o fácil e rápido acesso.

Com relação aos programas de acesso ao livro e a leitura foi inquirido, além da questão do conhecimento sobre os mesmos, se achavam estas iniciativas, serem eficientes e suficientes, no que diz respeito ao acesso aos livros e as leituras necessárias ao professor. Como era de esperar, devido constatação similar, na revisão bibliográfica sobre o tema e a prática em outras instituições semelhantes, poucos professores tinham conhecimento sobre

---

<sup>3</sup> G4/5 (Grupo 4-5) – Abreviação, utilizada pelas instituições de Educação Infantil, do município de São José, SC, para denominar, a sala que atende o Grupo de crianças, de quatro a cinco anos.



iniciativas públicas e privadas de acesso ao livro e, os que sinalizaram algum saber refutaram a eficiência dos mesmos.

As duas últimas questões relacionadas ao tema versaram sobre quais as principais dificuldades encontradas para acessar materiais bibliográficos para usar no planejamento e execução das atividades docentes e, a necessidade de existência, de um espaço, no CEI, exclusivamente destinado a dar suporte, ao processo de ensino do professor e de aprendizagem às crianças. Com respeito, a estas duas questões, destaca-se a resposta de uma professora e de um auxiliar de ensino que representam e ilustram a realidade demonstrada pela maioria:

*“Acredito ser superimportante existir uma biblioteca em todos os espaços educacionais com materiais disponíveis para os educadores e alunos (crianças). Além das dificuldades em acessar o material existente, pois não existe um local exclusivo, bem como uma seleção e organização deste material. Ainda tem a limitação de material que não contempla nossas necessidades.” (Professora do G 4/5 matutino)*

O auxiliar de ensino, do período matutino, afirmou que “*com toda certeza*”, o CEI necessita de um espaço destinado aos materiais bibliográficos, enfatizando que o acesso a estes materiais para uso no planejamento e execução das atividades docentes, no CEI é dificultado, entre outros fatores, pela falta de um local exclusivo para organização deste acervo e, ausência de um profissional habilitado para geri-los.

#### **4 CONSIDERAÇÃO FINAIS**

Como trabalhar a literatura sem ter acesso aos livros? Essa foi a indagação primeira que desencadeou e norteou, toda a problemática da pesquisa

Por meio do trabalho desenvolvido, notou-se que o acesso ao livro e a leitura, pelo professor e consequentemente pelas crianças, especialmente na escola pública, sofrem muitas barreiras, desde a questão da infra-estrutura física, as deficiências ainda encontradas nas políticas públicas voltadas à democratização da leitura, passando pela inexistência de recurso humano habilitado para gestão do acervo.

Identificou-se que essas interdições são devidas a vários fatores tanto estruturais quanto funcionais na escola. Quanto ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD verificou-se alguma melhoria em sua reformulação como, por exemplo, seu escopo

ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias. Contudo, o Programa não visa viabilizar, diretamente, outras ações para, por exemplo, manter as bibliotecas escolares, a circulação do acervo e o incremento da leitura. Além disso, observou-se que há um desconhecimento parcial, da existência e atuação do PNLD por parte da escola pesquisada e, infelizmente, esta situação não é diferente, de acordo com as referências consultadas exaustivamente, em outras instituições de ensino público. Diante deste quadro, nota-se que, apesar das políticas públicas de aquisição de acervos, não há uma dinamização e circulação desse material, seja por falta de condições estruturais e também, por falta de formação adequada das pessoas que trabalham nesses espaços, inviabilizando melhorias para que haja, nas escolas públicas, a presença efetiva de um espaço/setor (Biblioteca) que seja bem gerido, agradável, convidativo e, principalmente que sirva de apoio efetivo aos leitores e pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

BELO, Roberto. Políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura. In.: Cadernos de Letras da UFF Dossiê: A crise da leitura e a formação do leitor nº 52, p. 183-203. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/issue/view/7/showToc>

Acesso em: 02 de dez. de 2018.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Trad. ALVAREZ, M. J.; SANTOS, S. B. dos; BAPTISTA, T. M. Porto: LDA, 1994.

CARVALHO, Maria da Conceição. Escola, biblioteca e leitura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 21-23.

MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

PAIVA, A. A trama do acervo: a literatura nas bibliotecas escolares pela via do Programa Nacional Biblioteca da Escola. In: **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

ZILBERMAN, R. A escola e a leitura da literatura. In: ZILBERMAN, R.; ROSING, T. M. K. (Org.). **Escola e Leitura: velhas crises, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.

